



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO  
INSTITUTO FEDERAL BAIANO  
2015-2017

Salvador- Bahia  
2015



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO  
INSTITUTO FEDERAL BAIANO  
2015-2017

Projeto de Autoavaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, para o período de 2015 a 2017, elaborado pela Comissão Própria de Avaliação.

Comissão Própria de Avaliação  
Portaria nº1.663/2015 - Reitoria

**Coordenadora**

Elma Sirley da Silva Amparo | *Campus* Santa Inês

**Membros titulares:**

Elma Sirley da Silva Amparo – *Campus* Santa Inês - Representante Docente

Simone Simões da Silva – *Campus* Catu - Representante Técnico-administrativo

Phablo Alexandre Lucas Angelim – *Campus* Senhor do Bonfim - Representante Discente – Ensino Superior

Angel Aracelly Rodrigues – *Campus* Guanambi - Representante Discente - EPTMN

Almir de Araújo Sobral – *Campus* Uruçuca – Representante da Sociedade Civil Organizada

**Membros da CPA dos Campi:**

**BOM JESUS DA LAPA:**

Titulares:

Geângelo de Matos Rosa – Representante Docente

Diele Santos Cardoso – Representante Técnico-administrativo

Valdineide de Amaral Mata da Silva – Representante Discente – EPTMN

Cledenice Rodrigues da Silva – Representante da Sociedade Civil Organizada

Suplentes:

Davi Silva da Costa – Representante Docente

Adriano de Jesus Ferreira – Representante Técnico-administrativo

Guilherme Castro Silva Reis – Representante Discente – EPTMN

Demétrios Pascoal de Almeida Rocha – Representante da Sociedade Civil Organizada

**CATU**

Titulares:

Acimar Ribeiro de Freitas – Representante Docente

Simone Simões da Silva – Representante Técnico-administrativo

Mariana Ribeiro Santos – Representante Discente – Ensino Superior

Gabriel de Oliveira Souza – Representante Discente – EPTMN

Araã Isabela Silva Araújo – Representante da Sociedade Civil Organizada

Suplentes:

Josimar Rocha – Representante Docente

Mariana Carneiro de Aguiar – Representante Técnico-administrativo

Beatriz Scharamm de Oliveira Barbosa – Representante Discente – EPTMN

Osvadir Souza Ferreira Filho – Representante Discente – Ensino Superior

Flora Silva Teixeira – Representante da Sociedade Civil Organizada

**GOVERNADOR MANGABEIRA**

Titulares:

Emanoela Aragão Souza Lisboa Conde – Representante Docente

Luciene da Silva Santos – Representante Técnico-administrativo

Ueslei Iuri Santos e Silva – Representante Discente – EPTMN

Luis Carlos Borges da Silva – Representante da Sociedade Civil Organizada

Suplentes:

Robson Oliveira Lins – Representante Docente

Adelson Rocha de Jesus – Representante Técnico-administrativo

Paulo Roberto A. Matias – Representante Discente – EPTMN

Cássio Conceição Alves – Representante da Sociedade Civil Organizada

### **GUANAMBI**

Titulares:

Andréia Rêgo da Silva Reis – Representante Docente

Karina da Silva Primo – Representante Técnico-administrativo

Igor Souza de Brito – Representante Discente – Ensino Superior

Angel Aracelly Rodrigues – Representante Discente – EPTMN

Vanderlei Florenço dos Santos - Representante da Sociedade Civil Organizada

Suplentes:

Rosimira dos Santos Amaral – Representante Docente

Edna Monção Araújo – Representante Técnico-administrativo

Marciene Vieira de Souza – Representante Discente – Ensino Superior

Layane Clara C. Araújo – Representante Discente – EPTMN

Ivaildo Menezes Teixeira – Representante da Sociedade Civil Organizada

### **ITAPETINGA**

Titulares:

Mário Jorge Pereira da Mata – Representante Docente

Charles Marques Pereira – Representante Técnico-administrativo

Ícaro Assunção Costa – Representante Discente – EPTMN

Jailson João dos Santos – Representante da Sociedade Civil Organizada

Suplentes:

Alana Rocha Lemos – Representante Docente

Jairo Santos – Representante Técnico-administrativo

Daiane Aparecida Pacheco de Oliveira – Representante Discente – EPTMN

Marciela Oliveira Alves Xavier – Representante da Sociedade Civil Organizada

### **SANTA INÊS**

Titulares:

Elma Sirley da Silva Amparo – Representante Docente

Geisiane dos Santos Novaes – Representante Técnico-administrativo

Henrique Xavier dos Santos – Representante Discente – Ensino Superior

Henrique Barbosa Barreto – Representante Discente – EPTMN

Maria Aparecida Santos Guimarães – Representante da Sociedade Civil Organizada

Suplentes:

Márcio Pereira Santos de Carvalho – Representante Docente

Liz Oliveira dos Santos – Representante Técnico-administrativo

Damião dos Santos Santana – Representante Discente – Ensino Superior

Lívia Silva de Jesus – Representante Discente – EPTMN

Iriskelly Santos de Jesus – Representante Sociedade Civil Organizada

### **SENHOR DO BONFIM**

Titulares:

Thales Cerqueira Mendes – Representante Docente

Osvalmir de Jesus Teles – Representante Técnico-administrativo

Phablo Alexandre Lucas Angelim – Representante Discente – Ensino Superior

Jhonatan Bento da Silva – Representante Discente – EPTMN

Eduardo José Vicente Teixeira – Representante da Sociedade Civil Organizada

Suplentes:

José Dionísio Borges de Macedo – Representante Docente  
Fábio José de Lima – Representante Técnico-administrativo  
Gleice Quelle Alves Silva Goes – Representante Discente – Ensino Superior  
Vanessa Carvalho de Souza – Representante Discente – EPTMN  
José Ranufo Guimarães – Representante da Sociedade Civil Organizada

**URUÇUCA**

Titulares:

Taísa Fonseca Novaes – Representante Docente  
Judson de Freitas Rocha Júnior – Representante Técnico-administrativo  
Debret Libni Ribeiro de Souza – Representante Discente – Ensino Superior  
Fernanda Lima Pereira – Representante Discente – EPTMN  
Almir de Araújo Sobral – Representante da Sociedade Civil Organizada

Suplentes:

Otalmir da Rocha Gomes Júnior – Representante Docente  
Waldecir Machado França – Representante Técnico-administrativo  
Michele Amanso dos Santos – Representante Discente – Ensino Superior  
Luís Felipe Miola Carrara Cavalheiro – Representante Discente – EPTMN  
Edésio Moreau da Cruz – Representante da Sociedade Civil Organizada

**VALENÇA**

Titulares:

Geovane Lima Guimarães – Representante Docente  
Diego Sena Barbosa – Representante Técnico-administrativo  
Tauney de Jesus Ramos – Representante Discente – EPTMN  
Reinaldo da Silva Varjão – Representante da Sociedade Civil Organizada

Suplentes:

Elielma Santana Fernandes – Representante Docente  
Diego de Jesus Bonfim – Representante Técnico-administrativo  
Jamerson Rosário da Silva – Representante Discente – EPTMN  
Isaias Alves de Souza Filho – Representante da Sociedade Civil Organizada

**TEIXEIRA DE FREITAS**

Titulares:

Cássia Cilene Fernandes Ávila – Representante Docente  
Jardelson Rocha Oliveira – Representante Técnico-administrativo  
Murilo Exaltação Saúde – Representante Discente – EPTMN  
Neilson Gonçalves Benfica – Representante da Sociedade Civil Organizada

Suplentes:

Rogério Quinhones – Representante Docente  
Anderson Santos Alves – Representante Técnico-administrativo  
Leonardo Prado Fabem – Representante Discente – EPTMN  
Douglas Meira Barbosa – Representante da Sociedade Civil Organizada

## SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	07
2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	08
2.1 A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO IFBAIANO.....	09
3 OBJETIVOS DO PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	10
3.1 OBJETIVO GERAL.....	10
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	10
4 METODOLOGIA.....	11
5 PLANO DE AÇÃO E CRONOGRAMA .....	13
6 ELEMENTOS CONCLUSIVOS.....	14
7 BIBLIOGRAFIA.....	15

## 1 APRESENTAÇÃO

A atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) se fundamenta na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais. Nesse sentido, a CPA do IF Baiano é um órgão colegiado, de natureza consultiva, deliberativa e normativa, no âmbito dos aspectos avaliativos das áreas acadêmica e administrativa, integrando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e atende ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IF Baiano quanto aos níveis e modalidades de ensino. O SINAES (Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004) está fundamentado na necessidade de promover:

- A melhoria da qualidade da educação superior;
- A orientação da expansão de sua oferta;
- O aumento de sua eficácia institucional; e
- O aprofundamento do compromisso e responsabilidade social das Instituições de Educação Superior.

A CPA tem atuação autônoma e amparo legal em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes nesta Instituição, de modo que a atividade desta comissão consiste em autoavaliar, através dos eixos representativos do SINAES (Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura), e diagnosticar, com o peso da anuência dos segmentos da instituição (discentes, docentes e técnicos), os possíveis pontos fracos, medianos e fortes que a constitui, e, a partir dessa pesquisa, focalizar os trabalhos, por intermédio dos gestores, com vistas a uma educação de excelência.

Este projeto é referente a realização da autoavaliação na Instituição, através da constituição da CPA e a metodologia adotada por esta Comissão, buscando assim obter dados que possibilitem uma análise geral dos resultados de todos os *campi* envolvidos. Por fim, a conclusão apontará os rumos necessários ao processo de melhoria do IF Baiano, que é o objetivo maior desta ação.

## 2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IF Baiano começa na cidade de Catu, em fins do século XIX, com a primeira oferta de ensino profissional na área agrária na Bahia, através da Lei 75, que originou a Fazenda Modelo de Criação, implantada pelo Governo da Bahia em 1897.

O objetivo da fazenda era promover a criação de gado, através do ensino de técnicas pecuárias. Em 1918, iniciou-se o processo de federalização da Fazenda Modelo, adotando-se uma política que consistia em fornecer técnicas pastoris para a comunidade agrícola local. Nela, foram desenvolvidas atividades de criação até o início de 1964. Em 05 de março de 1964, através do Decreto nº 53.666, passou a chamar-se Colégio Agrícola de Catu, tendo sido este subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura. A designação Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos foi estabelecida pelo Decreto nº 58.340, de 03 de maio de 1966, que tinha como finalidade ministrar o ensino de segundo grau, formando Técnicos em Agropecuária, com fundamento na filosofia do Sistema Escola-Fazenda: aprender a fazer e fazer para aprender.

Em 19 de maio de 1967, através do Decreto nº 60.731, o Colégio foi transferido para o Ministério da Educação e Cultura (MEC), passando a funcionar como Escola em 1969. Em 1971, formou-se a primeira turma de alunos: Técnicos em Agropecuária. Em 04 de setembro de 1979, por meio do Decreto nº 83.935, passou a ser denominada Escola Agrotécnica Federal de Catu Álvaro Navarro Ramos. Em 1993, a Lei nº 8.670 criou as Escolas Agrotécnicas Federais de Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim, subordinadas e mantidas pelo Ministério da Educação. Ainda em 1993, por meio da Lei nº 8.731, estas escolas foram transformadas em autarquias, passando a gozar de quadros e orçamento próprios, além de autonomia disciplinar e acadêmica. De acordo com o Decreto nº 2548/1998, as escolas agrotécnicas federais tinham por finalidade ofertar ampla formação articulada com os setores produtivos, especialmente nas áreas de agricultura e agroindústria. Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892 criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sendo a Bahia contemplada com duas unidades, dentre estas, o IF Baiano, autarquia constituída, inicialmente, pelas Escolas Agrotécnicas Federais de Senhor do Bonfim, Catu, Guanambi e Santa Inês. Em 2010, na segunda expansão da rede profissional, duas novas unidades foram implantadas nas cidades de Bom Jesus da Lapa e Governador Mangabeira. A essa trajetória histórica, integraram-se, em 2010, as Escolas Médias de Agropecuária Regional (EMARC's) criadas e mantidas pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura. As atividades das EMARC's foram iniciadas em 1965, a partir da criação da unidade EMARC – Uruçuca-BA, tendo ocorrido a ampliação da rede entre os anos de 1965 e 1980, em decorrência do precário sistema educacional, vivenciado pelas populações vinculadas ao agronegócio. Coube à EMARC, inicialmente, servir como Centro de Treinamento de mão de obra e de formação de nível médio, a fim de



atender às necessidades da agropecuária do Sul da Bahia, associado a programas de pesquisa agrícola e de extensão rural da CEPLAC, instrumentos importantes para o desenvolvimento da, então, incipiente estrutura socioeconômica da região cacaueteira baiana.

De 1965 a 1980, a EMARC cresceu e transformou-se em um importante centro de ensino técnico agropecuário e industrial e de formação profissional rural, de reconhecimento para a qualificação de trabalhadores. Com o crescimento da demanda por técnicos e trabalhadores qualificados para atuarem nas regiões cacaueteiras do país, o Governo do Estado da Bahia, em articulação com o Conselho Deliberativo da CEPLAC e com o Ministério da Agricultura, firmou, em 11 de abril de 1980, contrato de comodato, transferindo a responsabilidade administrativa, pedagógica e financeira das Unidades Escolares Polivalentes, localizadas nas cidades de Itapetinga, Teixeira de Freitas e Valença, para a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueteira.

Em 2010, as Escolas Médias de Agropecuária Regional – EMARC’s de Itapetinga, Teixeira de Freitas, Uruçuca e Valença passaram a ser administradas pelo IF Baiano. O Decreto nº 7.952, de 12 de março de 2013, vinculou definitivamente as EMARC’s ao Ministério de Educação, transformando-as em *campi* do IF Baiano.

Em 2012, o governo anunciou mais uma expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O plano previu a criação de vários *campi* nas 27 Unidades da Federação, sendo que, 09 desses *campi* seriam implementados na Bahia. Para o IF Baiano, coube a implantação de mais 04 *campi* sediados nas cidades de Alagoinhas, Itaberaba, Serrinha e Xique-Xique.

Atualmente, o IF Baiano consolida-se como Instituição *multicampi* no estado e garante a interiorização da educação profissional, sobretudo pela sua inserção em diversos territórios de identidade. O IF Baiano é formado por 01 (uma) Reitoria, sediada em Salvador, e 10 (dez) *Campi* em funcionamento, nos seguintes municípios: Bom Jesus da Lapa, Catu, Guanambi, Governador Mangabeira, Itapetinga, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Teixeira de Freitas, Valença e Uruçuca. Possui, ainda, 04 *campi* em fase de implantação, criados em 2012, e situados nos municípios de Alagoinhas, Serrinha, Itaberaba e Xique-Xique. Com a implantação dessas novas unidades, em 2015, o IF Baiano ampliará os seus desafios, somando 14 (quatorze) *campi* implantados e 1 (um) *campus* avançado.

Missão: Oferecer educação profissional e tecnológica de qualidade

## **2.1 A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO IFBAIANO**

O IF Baiano deu início ao seu Programa de Avaliação Institucional por meio da Portaria nº 471, de 31 de março de 2014 que compôs o primeiro ciclo das atividades da CPA no Instituto. Os atuais membros da CPA, eleitos para o segundo ciclo de atuação, que compreende os anos de 2015 a 2017, conforme Portaria nº 1.028 de 07 de agosto de 2015, darão continuidade aos trabalhos avaliativos, buscando aperfeiçoar e ampliar suas ações.

A atual Comissão Própria de Avaliação continua realizando avaliações institucionais nos *campi* que ofertam cursos superiores, ouvindo amplamente as pessoas que compõem a administração, também a área acadêmica, em todos os seus segmentos, discutindo sobre a avaliação institucional e colhendo sugestões.

O relatório final da CPA, primeiro ciclo, foi apreciado e aprovado pelo CONSUP e já consta na página da CPA no site do IF Baiano. A partir daí, a CPA buscou reunir os bancos de dados da Instituição, correspondentes ao primeiro ciclo de avaliação compreendido entre 2014 e 2015.

Os maiores frutos do esforço desenvolvido nesse período foram a sistematização dos trabalhos pertinentes à avaliação, o início do processo avaliativo e as análises iniciais em interação com as informações do setor de Pesquisa Institucional da Pró Reitoria de Ensino do IF Baiano.

Desde a criação do SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, as Instituições de Ensino Superior (IES) no país vêm sendo submetidas a um processo de avaliação formado por três componentes principais: avaliação da instituição, avaliação dos cursos e avaliação do desempenho dos estudantes. O processo de avaliação das instituições é coordenado pelas Comissões Próprias de Avaliação (CPA).

A CPA é composta por membros da comunidade universitária (docente, discente e técnico-administrativo), e um representante da sociedade civil organizada e tem como função coordenar e articular o processo de autoavaliação nos atuais *campi* do IF Baiano onde são ofertados cursos superiores, tendo como principais objetivos:

- I - Produzir conhecimentos;
- II - Averiguar o sentido do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição;
- III - Identificar as causas dos seus problemas e deficiências;
- IV - Aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo;
- V - Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
- VI - Tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade;
- VII - Julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos; e
- VIII - Prestar contas à sociedade.

No IF Baiano os processos de autoavaliação ocorrem bi-anualmente, sendo o primeiro ciclo referente a 2014-2015, e o segundo e atual ciclo de avaliação 2015-2017. Para tornar o processo mais representativo, a CPA tem envidado esforços para ampliar a divulgação e realizar campanhas de incentivo à participação no processo de autoavaliação institucional.

### **3 OBJETIVOS DO PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Conduzir o processo de autoavaliação do IF Baiano durante o triênio 2015-2017, com base nas prerrogativas do SINAES e em consonância com o PDI, de forma a sistematizar os dados para prestação de informações aos diversos segmentos institucionais.

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- I - Articular e orientar os membros da CPA sobre as prerrogativas regulatórias, normativas e metodológicas, de forma que possam apoiar a correta execução dos procedimentos de avaliação institucional;
- II - Estabelecer estratégias de coleta e organização dos dados da Autoavaliação Institucional 2015-2017;
- III - Realizar ampla divulgação do trabalho da CPA, considerando os resultados consolidados de suas autoavaliações e de eventuais ações intermediadas para a efetiva melhoria institucional, possibilitando o acompanhamento e monitoramento dessas ações;
- IV - Redigir o Relatório de Autoavaliação Institucional;
- V - Promover a efetiva comunicação e a integração intersetorial entre a CPA, as Direções de *Campi*, as Coordenações de Cursos Superiores, dentre outros, com vistas a desenvolver soluções para melhoria do IF Baiano.

## 4 METODOLOGIA

O segundo ciclo de autoavaliação do IF Baiano, referente ao período 2015-2017, teve início em agosto de 2015, com a recomposição dos membros da CPA, formada por representantes de todos os segmentos dos *campi* onde são ofertados cursos superiores, quais sejam, Bom Jesus da Lapa, Catu, Guanambi, Santa Inês, Senhor do Bonfim e Uruçuca, além de um representante da sociedade civil organizada. Nas várias reuniões realizadas a comissão trabalhou na elaboração do questionário de autoavaliação institucional, estabelecido pelo SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

O contato com a comunidade universitária será feito presencialmente, solicitando o preenchimento do questionário, para posterior tabulação e análise dos dados. Várias ações de publicidade, nos meios de comunicação do IF Baiano serão realizadas, visando aumentar a disposição dos membros da comunidade universitária para responderem à pesquisa.

O universo IF Baiano consultado, nesta pesquisa, é formado pela soma das comunidades universitárias (segmentos docente, discente e técnico-administrativo) dos 06 (seis) *campi* que atualmente ofertam cursos superiores, totalizando assim 2.075 (duas mil e setenta e cinco) pessoas. A representação do *campus* de Bom Jesus da Lapa é de 73 (setenta e três) pessoas ou 3,52% do total; a representação do *campus* de Catu é de 303 (trezentas e três) pessoas ou de 14,60% do total; a representação do *campus* Guanambi é de 656 (seiscentas e cinquenta e seis) pessoas ou 31,61% do total; a representação do *campus* Santa Inês é de 538 (quinhentas e trinta e oito) pessoas ou 25,93% do total; a representação do *campus* Senhor do Bonfim é de 361 (trezentas e sessenta e uma) pessoas ou 17,40% do total; e a representação do *campus* Uruçuca é de 144 (cento e quarenta e quatro) pessoas ou 6,94% do total de discentes, docentes e técnicos.

Ao término de cada etapa, os indicadores serão consolidados e agrupados em eixos (dimensões) de avaliação nos respectivos instrumentos de avaliação, em consonância com a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014, a fim de dimensionar adequadamente as fragilidades e potencialidades da Instituição.

Considerando os aspectos avaliativos determinados pela nota supracitada, adotou-se para a atividade de consulta institucional a seguinte distribuição de segmentos correspondentes a serem consultados por eixo/dimensão:

<b>13EIXO</b>	<b>DIMENSÃO</b>	<b>SEGMENTOS CONSULTADOS</b>
1. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	8. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	DISCENTES
		DOCENTES
		TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
2. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	1. MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	DISCENTES
		DOCENTES
		TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
	3. RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO	DISCENTES
		DOCENTES
		TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
3. POLÍTICAS ACADÊMICAS	2. POLÍTICAS PARA O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO	DISCENTES
		DOCENTES
		TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
	4. COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	DISCENTES
		DOCENTES
		TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
	9. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	DISCENTES
		DOCENTES
		TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
4. POLÍTICAS DE GESTÃO	5. POLÍTICAS DE PESSOAL	DOCENTES
		TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
	6. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO	DISCENTES
		DOCENTES
		TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
	10. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	DOCENTES
		TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
5. INFRAESTRUTURA FÍSICA	7. INFRAESTRUTURA FÍSICA	DISCENTES
		DOCENTES

## 5 PLANO DE AÇÃO

Para atender ao disposto na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014, com relação ao período avaliativo 2015-2017, serão entregues 02 (dois) relatórios ao INEP: um relatório parcial em março de 2016 e um relatório final em março de 2017.

Segue cronograma proposto:

CRONOGRAMA				
PERÍODO	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	LOCAL	RECURSO NECESSÁRIO
11/2015	Estabelecimento das estratégias de coleta e organização dos dados e redação do Relatório da Autoavaliação 2015/16 do IF Baiano.	CPA	Salvador-BA	Diárias e passagens
11/2015	Elaboração dos Instrumentos de coleta dos dados da Autoavaliação Institucional 2014.	CPA	Salvador-BA	Diárias e passagens
11/2015 A 03/2016	Estabelecimento das estratégias de divulgação da Autoavaliação Institucional 2015/16 e conscientização da comunidade acadêmica do IF Baiano acerca de sua importância.	CPA	Salvador-BA	Diárias e passagens
11/2015 A 03/2016	Elaboração, impressão e/ou disponibilização de material de divulgação do processo da Autoavaliação Institucional do IF Baiano.	CPA	Salvador-BA	Impressões em cores e profissionais da área de TI Diárias e passagens
26/01/2016	Envio dos instrumentos de coleta de dados (questionários) e de material de divulgação para a Reitoria e <i>Campi</i> .	CPA	Salvador-BA	
11/2016 A 03/2016	Coleta dos dados (aplicação dos instrumentos).	Coordenadores dos cursos e responsáveis pelos setores envolvidos	Em cada <i>campus</i>	Diárias e passagens
03/2016	Recolhimento, tabulação e análise dos instrumentos aplicados. Envio para E-mec	CPA	Salvador-BA	Diárias e passagens
04/2016 a 03/2017	Envio dos instrumentos de coleta de dados (questionários) e de material de divulgação para a Reitoria e <i>Campi</i> .	CPA	Salvador-BA	Diárias e passagens
20 a 24/03/2017	Redação do Relatório da Autoavaliação Institucional 2016/17.	CPA	Salvador-BA	Diárias e passagens
27 a 28/03/2017	Revisão do Relatório da Autoavaliação Institucional 2014.	CPA	Salvador-BA	Diárias e passagens
28/03/2017	Envio do Relatório ao Pesquisador Institucional.	CPA	Salvador-BA	
29/03/2015	Socialização do Relatório junto à comunidade acadêmica.	CPA	Em cada <i>campus</i>	

## **6 ELEMENTOS CONCLUSIVOS**

A expectativa é que esse projeto de autoavaliação institucional atenda às necessidades da comunidade do IF Baiano e, de posse das informações apresentadas, possa contribuir para a melhoria da Instituição. Pretende-se ainda que este projeto seja atualizado sempre no início de cada biênio avaliativo. O objetivo é que este documento possa incorporar novas ideias, diretrizes, ações e políticas para que o IF Baiano esteja em constante processo de avaliação interna.

Que a CPA se consolide como instrumento de fundamental importância para a melhoria da qualidade da educação ofertada na instituição.

## **BIBLIOGRAFIA**

BRASIL, (2004). Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília, 05 abr. 2004.

BRASIL, (2008). Lei nº 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 29 de dezembro de 2008.

IF BAIANO(2015). Portarias 1.208 e 1663 de 2015. Dispõe sobre a eleição da Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2004). Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES (2004). Diretrizes para a autoavaliação das instituições. Brasília, 26 de agosto de 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2004). Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. 12 abr.2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2014). Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014 Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. João Pessoa, 02 de outubro de 2015.